

**PANDEMIA, MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIAS
POPULARES**

**PANDEMIA, MERCANTILIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN Y RESISTENCIA
POPULAR**

**PANDEMIC, COMMODIFICATION OF EDUCATION AND POPULAR
RESISTANCE**

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v13i1.44442>

Gaudêncio Frigotto¹

Na primeira edição de 2021, o Comitê editorial da revista *Germinal* entrevistou Gaudêncio Frigotto a respeito dos desafios da educação pública brasileira no século XXI, recentemente marcado pelo golpe de 2016, a ascensão da extrema-direita, a fascistização do país e a pandemia da Covid-19. Frigotto é atualmente professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e professor titular aposentado da Universidade Federal Fluminense. Graduado em filosofia e doutor em educação, Frigotto é pesquisador do CNPq, coordenador do grupo Trabalho, História, Educação e Saúde (These), sócio fundador da Associação Nacional de Pesquisa e Pós graduação em Educação (Anped) e editor, junto com Zacarias Gama, da revista *Desenvolvimento e civilização*. É autor de dezenas artigos científicos, capítulos de livros e também de livros, dos quais destacamos *A produtividade da escola improdutiva* (ed. Cortez), *Educação e crise do trabalho* (ed. Vozes) e *Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira* (LPP-Uerj).

Nesta entrevista, Gaudêncio faz uma longa e detalhada análise de conjuntura e aborda temas como a implementação da BNCC, a falácia das teses da sociedade do conhecimento e do capital humano, a fetichização da tecnologia e o aumento da superexploração e da alienação com a adoção do ensino remoto em instituições educacionais, a pertinência e atualidade das teorias de Marx e Engels, o avanço da mercantilização da educação e a resistência da classe trabalhadora e suas organizações de luta e tantos outros. São 15 páginas permeadas de muitas informações e análises críticas, como vocês podem conferir abaixo.

Boa leitura a todas e todos.

Germinal: Iniciamos o ano de 2021 imersos numa crise profunda do capitalismo mundial. A pandemia da Covid-19, surgida no final de 2019, agudizou os problemas vividos pela classe trabalhadora na rotina diária da vida sob a lógica do capital. O atual momento revela-se como um dos períodos mais graves da humanidade e seus impactos se evidenciam em impasses políticos, econômicos, sociais e, no último ano, como crise sanitária. Qual é a sua percepção-dessa quadra histórica?

Gaudêncio Frigotto: A crise sanitária, que se expressa pela Pandemia da Covid-19 no mundo, e de forma avassaladora no Brasil, inequivocamente é expressão do sociometabolismo do capital como uma relação social irracional e destrutiva. Destrutiva de direitos universais fundamentais (comer, beber, ter um teto, locomover-se, saúde, educação, cultura, etc.) e destrutiva das bases da vida (aquecimento global, envenenamento do solo, dos alimentos e da água por agrotóxicos cada vez mais letais).

Trata-se de um sistema, como aprendemos em Karl Marx, em que a solução de suas crises restabelece apenas momentaneamente o equilíbrio destruído. Um processo contínuo e imprevisível e que, uma vez mais, como Karl Marx indica, a burguesia e seus intelectuais percebem como se produz dentro da relação capitalista, mas são incapazes de perceber como se produz essa relação. Ou seja, percebem as crises, mas não sabem entender o que as determinam e como resolvê-las.

A “teoria” ou doutrina do pensamento liberal parte do pressuposto de que todos os seres humanos herdaram uma natureza que tende a buscar o bom, o agradável e o útil. Isto nos dotaria de um egoísmo positivo, o qual nos tornaria igualmente competitivos. Sob esta base defendem que a forma natural de organizar a sociedade capitalista é de que cada um defina seus interesses e faça as suas escolhas no mercado. Assim, o mercado como uma “mão invisível”, na expressão de Adam Smith, ordenaria as escolhas individuais e a tendência seria o equilíbrio, a prosperidade e o bem estar de todos.

Esta doutrina, todavia, apagou toda a história das sociedades antiga e medieval e os processos de escravidão e servilismo a elas inerentes e definiram que a classe burguesa e a classe trabalhadora, que formam as classes fundamentais do sistema capitalista, se formaram por opções individuais e não marcadas pelos processos e dominação das classes sociais anteriores. Classes que expressam relações de força assimétricas e engendram interesses antagônicos inconciliáveis. Uma analogia que pode ser feita é com a Lei Áurea de 1888 que define o “fim legal” da escravidão no Brasil e dizer que os escravos, recém libertos, deste dia em diante entrariam no mercado em iguais condições dos seus até então proprietários.

O que a história mostrou, contrariamente ao equilíbrio e tendência à igualdade, foi o crescimento da desigualdade e de lutas entre nações e regiões e internas às nações. O historiador Eric Hobsbawm, em seu livro *Era dos extremos*, mostra-nos como o capital buscou enfrentar as crises cíclicas desde que se estabeleceu como força social dominante. Para rever sua doutrina, do livre mercado, não bastou a Primeira Guerra Mundial, a revolução socialista na Rússia, a quebra da Bolsa de Nova York em 1929 e, nem a teoria de John Maynard Keynes da necessidade de um Estado que monopolizasse os setores estratégicos para regular o mercado e o capital e salvar o capitalismo. Só depois da Segunda e mais mortífera Guerra Mundial e a divisão e a expansão do socialismo no Leste Europeu houve um curto período em que o capital foi regulado. Para Hobsbawm o que se denominou de Estado de bem-estar social, foi o período de ouro do capitalismo e que,

pelo menos num grupo de nações, a classe trabalhadora ampliou seus direitos e conquistou melhoria em suas vidas. O saudoso Eduardo Galeano dizia que na América Latina conhecemos o Estado de mal-estar social.

Todavia, o capital como força irracional busca desvencilhar-se de qualquer controle. Ao longo das últimas décadas do Século XX dois eventos ensejaram, como mostra Danièle Linhart em seu livro *A desmedida do capital*, o desmonte das organizações sindicais e a violência contra os direitos dos trabalhadores concomitante ao desemprego em massa. Esses eventos foram a apropriação pelo capital de um novo salto tecnológico que combina microeletrônica e informação e o colapso do socialismo real. Este colapso, todavia não fracasso, pois marcou a história do Século XX, permitiu a falsa tese de que estaria provado que o capitalismo é uma sociedade que corresponde à natureza humana.

É neste contexto que a doutrina do neoliberalismo, que em verdade é o retorno anacrônico às teses do liberalismo conservador acima sinalizado, passou a orientar as políticas no campo econômico, social, político, educacional e cultural. Os feitos destas políticas foram uma maior concentração de capital e renda e o crescimento da desigualdade nos últimos cem anos, em todo mundo, como mostra o pesquisador liberal Thomas Piketty em seu livro *O capital do século XXI*. Uma desigualdade, porém, em proporções diversas dependendo das formações históricas de cada sociedade.

Em termos globais a percepção desta quadra histórica é de que o sistema capitalista chegou a um grau insuportável de exploração, destruição, desumanização e barbárie. E isto, no caso brasileiro, é muitíssimo mais grave, pois a burguesia local nunca se propôs um projeto de nação e optou, como aprendemos com a densa obra de Florestan Fernandes, pelo capitalismo dependente e por uma reiterada modernização conservadora. Esta se expressa no plano econômico não pela ruptura das estruturas que têm sua origem no colonialismo, escravidão e da concentração abismal da propriedade agrária, mas pela acomodação dos interesses oligárquicos junto às novas frações da burguesia do setor industrial e de serviço formando uma plutocracia. Uma classe dominante que mantém seus privilégios mediante um Estado autoritário, clientelista e nepotista e pela permanente estratégia preventiva em face à luta da classe trabalhadora, mediante ditaduras e golpes de Estado.

Neste sentido, a quadra histórica que vivemos no Brasil reedita este processo com o golpe de Estado de 2016 e impõe à classe trabalhadora a violência do congelamento por vinte anos do investimento público, único espaço que pode garantir direitos universais, e as contrarreformas trabalhista, da previdência e da educação. Um processo marcado pela desmedida do capital, mormente em sua face financeira especulativa. Uma realidade que se tornou mais perversa com a eleição, em 2018, de um bloco de forças de extrema direita, definida por Norberto Bobbio (1994) como a que adota concepções e práticas fascistas. O tratamento dado pelo capitão Presidente da república à Pandemia Covid-19 explicita de forma clara esta orientação fascista por seu negacionismo, resistência a todas as orientações mundiais da ciência e dos cientistas e pela postura fria, cínica, perversa, insana e mórbida em face à morte de milhões.

Um comportamento iníquo que segue, mesmo no momento em que morrem em média 2.800 pessoas por dia e em 20/03/2021 a soma de mais de 990 mil óbitos. A tese cínica que subjaz é que a

economia não pode parar, pois seus efeitos seriam mais desastrosos. E a natureza da iniquidade, desumanidade e barbárie do projeto mantido pela classe dominante brasileira que sustenta a insensatez e insanidade do atual governo se expressa nos seguintes dados: em 2020, ao mesmo tempo em que lemos que atingimos o número de mais 13 milhões de desempregados, mais de 30 milhões subempregados na informalidade e cinquenta milhões de pessoas na linha de pobreza, sendo vinte milhões em pobreza absoluta, o Brasil registra 33 novos bilionários.

Este cenário será eterno? Certamente não, pois como reitera o professor José Paulo Netto, a luta de classe não tira férias. O enfrentamento desta dramática situação humana implica na capacidade de organizar os diferentes movimentos e lutas de grupos, cultural e politicamente distintos, que pertencem à classe trabalhadora, mas que grande parte não tem consciência de classe e são manipulados contra seus próprios interesses. E no contexto de cultura e práticas fascistas que se ampliam na sociedade brasileira, para sair desta quadra histórica há necessidade política de angariar forças sociais e institucionais que lutam contra o autoritarismo e o fascismo. Sem isto dificilmente poderemos sair desta quadra de nossa história e sonhar com mudanças mais profundas e de não retorno.

Germinal: A educação na nossa sociedade não escapa do caminho de se tornar parte do processo de acumulação capitalista. Sabemos das contradições, entretanto, isso se aprofunda na atualidade. Os mecanismos de reestruturação produtiva propostos pelo grande capital, decorrentes do neoliberalismo, subordinam ainda mais a educação aos ditames do mercado. Como parte dessa realidade vemos a ofensiva contra a educação pública no Brasil. O que representa essa ofensiva na formação social brasileira? Qual a perspectiva de reação da classe trabalhadora?

Gaudêncio Frigotto: O sistema educacional que conhecemos resolva do mesmo processo em que a burguesia se constituía historicamente a classe revolucionária buscando suplantando as formações sociais pré-capitalistas, mormente a sociedade feudal. No seu embate contra o Estado absolutista e o poder da Igreja que combatia a riqueza e subordinava o conhecimento à ciência, a burguesia e seus intelectuais iluministas e racionalistas prometeram uma escola pública, gratuita, universal e laica. Uma instituição cuja função é a de instruir as novas gerações mediante a apropriação do conhecimento científico e cultural e, ao mesmo tempo, de socialização para o convívio na diversidade da sociedade. Instituição, portanto, da sociedade e que nela se depositava a aposta de que a ciência seria meio de vencer as epidemias, a fome e pobreza e produzir a prosperidade e, ao mesmo tempo, um convívio harmônico entre as diferenças sociais.

Todavia, tão logo suplantou as formas progressivas de sociedades, findou seu caráter revolucionário e civilizatório como demonstram Marx e Engels em suas análises da gênese e desenvolvimento do sistema capitalista. Isto porque não se tratava de uma sociedade que acabou com as classes, mas sim uma nova sociedade de classes que mascara os processos de exploração no bojo das formas de organizar a produção pelos capitalistas e os trabalhadores, agora não mais escravos ou servos, mas despedidos de propriedade e impelidos a vender sua força de trabalho à classe capitalista. Por isso, como nos demonstra vasta literatura, a escola sempre foi dual. Uma escola para as crianças e jovens da classe dirigente e seus intelectuais que, como postulava Destutt de Tracy, tinham tempo para estudar e prepara-se para o que deles se esperava no

futuro e uma instrução rápida e pragmática para os filhos da classe trabalhadora que não podem perder tempo na escola e precisam aprender o duro ofício do trabalho a que se destinam (De TRACY *apud* FRIGOTTO, 1987). Mas mesmo dual, até a década 1950, a educação era predominantemente pública, sendo a educação privada ligada a denominações religiosas. A regressão efetiva-se no contexto da passagem da orientação das políticas educacionais pelos organismos intelectuais coletivos do capital nas sociedades ocidentais (Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio, Banco Interamericano de Desenvolvimento). Uma mudança que advém da preocupação da expansão do comunismo no Leste europeu após a Segunda Guerra Mundial que deu à União Soviética uma ampla expansão. O que preocupava os intelectuais do capital era a possibilidade de nações pobres e subdesenvolvidas serem capturadas pelo socialismo. A Revolução Popular em Cuba no ano de 1959 e, em sequência, a instauração do socialismo deu o sinal de alerta. A noção de capital humano (composto de instrução e treinamento e saúde do trabalhador) elaborada por Theodore Schultz lhe valeu o Prêmio Nobel de economia em 1979. Mas como observamos acima, os intelectuais da burguesia veem as disfunções que as relações sociais capitalistas produzem, mas não sabem sua origem e soluções, apenas as protelam e deslocam.

A noção de capital humano foi adotada como dogma em todas as ditaduras latino-americanas. No Brasil a ditadura empresarial-militar de 1964 patrocinou reformas da escola elementar à pós graduação sob esta noção. Por certo uma educação de boa qualidade é desejável e tem repercussão em todas as esferas da sociedade e da vida das pessoas. Porém, a tese do capital humano fica desnudada quando buscamos responder às seguintes questões: os países pobres e subdesenvolvidos têm precária oferta de educação, em termos de quantidade e qualidade, por uma opção ou por dependerem ou por estarem associados subordinadamente aos centros hegemônicos do capital? E os pais ou responsáveis pelos indivíduos pobres “escolheram” a não ter escolaridade, pouca escolaridade ou uma precária escolaridade ou porque são mantidos na pobreza por relações de dominação e exploração pela classe detentora do capital?

Vale notar que, contraditoriamente, a visão do capital humano tinha um elemento de positividade. Embora de forma dual e diferenciada ela defendia a importância de integrar a todos nos processos educativos e estes tendo como referência à sociedade. Ao contrário, a educação no escopo da reestruturação produtiva está subordinada ao que sinalizamos como os dois fatos que permitem a vingança do capital contra a classe trabalhadora e as políticas de justes e austeridade com as nações de capitalismo dependente. Se a noção de capital humano expressava uma regressão medular porque deslocava a educação de um direito social e subjetivo para uma moeda de troca, agora o deslocamento é a regressão da regressão, pois se subordina o conhecimento e os valores a serem desenvolvidos na escola ao que serve em termos de conhecimentos e ideologicamente ao mercado. E os intelectuais que orientaram as contrarreformas educativas sob a ideologia do neoliberalismo infestaram o vocabulário pedagógico de pseudo conceitos para sustentar esta regressão de regressão.

Sociedade do conhecimento passa a ideia de que todos podem e devem se integrar a ela, quando na verdade como nunca o conhecimento científico e tecnológico se constitui em propriedade privada do capital e utilizado para explorar e substituir trabalho humano. *Qualidade total*, que deriva da nova base

científica e técnica da produção e da organização e gerência do trabalho e se refere a um trabalhador que produz em menor tempo, dentro das prescrições e que não lhes cabe discutir, de sorte que as mercadorias ou serviços cheguem ao mercado com vantagens competitivas. *Empregabilidade*, uma noção que busca apagar da memória do direito ao emprego e transferir a culpa ao desempregado por sua situação. E isto porque não escolheu as competências que o mercado necessita. Daí deriva a pedagogia ou ideologia da educação por competências. Uma formação hiper individualista, competitiva e fragmentária. Por fim a ideologia do empreendedorismo, que estimula o desempregado a ser patrão de si mesmo.

A outra investida, em especial a partir da década de 1990, é a educação como negócio. No ano de 2000 a Organização Mundial do Comércio deu a senha de que o negócio da educação em todos os níveis seria o que gerava menos riscos ao investidor e louros mais fáceis e rápidos. O Brasil tornou-se centro dos maiores mega grupos privados de educação com capital aberto nas bolsas de valores. A ofensiva contra a educação pública no Brasil tem assim um duplo objetivo: controle ideológico que se expressa na defesa do *ensinar sim, mas educar não* e abrir espaço a empresas educacionais privadas para vender ensino e, mediante parcerias, serviços e materiais escolares ao setor público. Esse processo iniciou, especialmente, nas contrarreformas e políticas de educação dos oito anos da gestão de Paulo Renato de Souza no Ministério da Educação.

Um processo que teve uma relativa disputa nos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores na orientação política, buscando no caso do ensino médio substituir o Decreto Lei 2.208/97 que anacronicamente legalizava a tese de Destutt de Tracy, mediante o Decreto 5.154 de 2004 que facultava o ensino integrado. Foi neste período que se criou, também, a maior política de interiorização do ensino médio, especialmente, mas não só, mediante a criação dos trinta e oito Institutos Federais de Educação e Ciência e Tecnologia (IFs) e que ao final da gestão do Partido dos Trabalhadores havia mais de seiscentos *campi*, sendo 85% no interior. E, também, foram criadas dezoito Universidades públicas demandadas por movimentos sociais e populares, como a Fronteira Sul por regiões do Brasil profundo.

Não por acaso é que, desde o início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a classe dominante brasileira criou dois movimentos, uma espécie de quartéis gerais, para vigiar e disputar, no coração do Estado, a educação que interessa ao capital. Em 2004 foi criado o movimento Escola sem Partido. Uma organização de traços moralistas e neofacistas que visa o controle ideológico do que se ensina e como se ensina na escola. É deste movimento que emerge a tese que a escola ensina, mas não deve educar e que professores precisam ser vigiados e denunciados se atentarem contra o que o movimento julga ser manipulação ideológica. Certamente passamos batidos e não damos a devida importância, erroneamente, a este movimento. Só despertamos no processo que colimou com o golpe de Estado de 2016. Um ano depois, 2005, surgiu o movimento Todos pela Educação, patrocinado por um fundo de quatorze grandes empresas e bancos e dezoito parceiros, institutos privados que comercializam serviços e materiais educacionais. A mudança sutil do lema da Unesco – Educação para todos, para Todos pela educação – não é desprezível. Tratava-se de legitimar a entrada na disputa do fundo público e da orientação pedagógica da educação que convém ao capital.

Com o golpe de Estado de 2016 estes dois movimentos entraram em “céu de brigadeiro”. As contrarreformas que atingem o trabalhador público são sem comparação na história. Na educação se não bastasse a Emenda Constitucional 95 de dezembro de 2016 que congela o investimento público por vinte anos, em 12/03/2021 foi aprovada Emenda Constitucional 186 que proíbe até 2036 o reajuste salarial dos servidores Federais e nos Estados e Municípios sem data de término. Uma estratégia de uma reforma administrativa fatiada, cujo foco é atingir na medula os trabalhadores do setor público, em especial, os da educação, saúde, cultura e segurança. Ou seja, a granada que o Ministro Paulo Guedes disse ter colocado no bolso do inimigo, referência ao setor público, na cínica reunião ministerial de 22 de maio de 2020, foi agora explodida.

O governo Bolsonaro, para justificar a exclusão que efetiva no mundo do trabalho e da educação, se vale da ideologia da meritocracia. Além disso, o Ministério da Educação se pauta por uma agenda de controle ideológico do que se ensina na escola num processo de anulação da autonomia docente em todos os níveis. Mesmo com jurisprudência no Supremo Tribunal Federal contra a tentativa de tornar o movimento Escola sem Partido em Lei, Bolsonaro e seus filhos retornam com este pleito no bojo da pauta dos costumes a ser apreciada no Congresso.

A operacionalização da contrarreforma do ensino médio, que o reorganiza por itinerários formativos, junto à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as novas diretrizes para a educação tecnológica e profissional líquida, liquidam com a educação básica. Uma violência e interdição com a atual geração e novas gerações que lhes barra o futuro em termos de prepara-se, como sujeitos autônomos, para a cidadania ativa e, como tal e, no processo produtivo, os condena ao trabalho simples. Uma ofensiva, portanto, que reitera o projeto social de modernização conservadora da classe dominante brasileira. Continuaremos sendo um gigante com pés de barro.

A perspectiva da classe trabalhadora é de continuar e ampliar as lutas que tem pautado na sociedade brasileira ao longo de nossa história com a consciência de que estamos numa conjuntura muito adversa. Uma diretriz a ser seguida é de que necessitamos, na diversidade que compõe a classe trabalhadora, e as esquerdas, buscar pautas de luta que tenham a força de unidade. Uma destas pautas, certamente é a educação. Florestan Fernandes, no livro *O desafio educacional* situa a educação como o mais grave dilema do Brasil e o compara à fome dizendo que até é mais grave desta porque impede aos oprimidos a tomarem consciência de sua situação e resistir. Mas, para resolver este dilema, ele nos adverte que se faz necessário um acerto de contas crítico com o passado, combinado “a uma consciência crítica e afirmadora do futuro. E essa consciência, nascida do trabalho produtivo e da luta política dos trabalhadores e dos excluídos, não depende da educação que obedeça apenas à fórmula abstrata da “educação para um mundo em mudança”, mas sim da educação como meio de autoemancipação coletiva dos oprimidos e de conquista do poder pelos trabalhadores.” (FERNANDES, 2020, p.29)

G.: Com a pandemia do Covid-19 e a necessidade de manter o afastamento social surgiu – com a chancela de organismos multilaterais – a proposta do chamado “Ensino Remoto”, em tese, como resposta dos governos para suprir a interrupção às aulas presenciais. Observada essas condições,

é possível verificar a expansão do mercado da educação virtual. A situação de emergência da pandemia tem facilitado a tomada de decisão pelos órgãos públicos do direcionamento do fundo público para contratos com empresas que vendem equipamentos e sistemas de gerenciamento de ensino. A fetichização da tecnologia na educação também tem promovido a lógica virtual como espaço privilegiado na relação entre professores e estudantes. Já a experiência imediata das trabalhadoras e trabalhadores da educação com o “Ensino Remoto” tem se caracterizado pela intensificação da precarização, aprofundamento das desigualdades e pela exclusão de milhões de alunas/os. Temos ainda a pressão por parte dos governos e escolas privadas pelo retorno as aulas presenciais, mesmo com o ascenso da média móvel de mortes por Covid-19 em muitos estados da federação. Como você avalia essas “soluções emergenciais” durante a pandemia? Elas precedem uma mudança sistêmica na educação?

Gaudêncio Frigotto: Sinalizamos acima de que no contexto e políticas neoliberais surgiu um novo vocabulário no campo da educação cujo sentido social é oposto do sentido que quer passar. Assim, as expressões sociedade do conhecimento e sociedade tecnológica buscam formar o senso comum de que agora todos podem apropriar-se do conhecimento e da tecnologia quando, na verdade, o conhecimento científico e tecnológico se tornou a força produtiva privada do capital e, portanto, contra o conjunto da classe trabalhadora do campo e da cidade. Dois exemplos nos ajudam a desmascarar esta falsificação da realidade. O agronegócio utiliza-se, atualmente, dos avanços científicos e tecnológicos de última geração. Sua propaganda é de que ele traz a segurança alimentar. O que de fato ele realiza é a expansão do latifúndio jogando milhares de famílias sem acesso à terra e que vivem em acampamentos ou nas periferias das grandes e médias cidades. Por outro lado, o que produz o agronegócio, grande parte, é com venenos que contaminam o solo, a água e os alimentos. Mas, sobretudo, o que produz não é para gerar alimentos para todos, mas sim para quem pode comprar. Assim, no Brasil vivemos o escândalo de sermos dos maiores produtores de cereais e de carne do mundo e temos cerca de trinta milhões que comem mal e vinte milhões em estado de fome endêmica. Outro exemplo é do campo da saúde e vemos isto agora com a Covid-19. Grandes empresas de laboratórios privados produzem fármacos e vacinas com alta tecnologia, mas não produzem para uso comum, mas para quem pode comprar. O fetiche da tecnologia consiste, pois, em mascarar o que resulta de relações sociais e, como tal, estas é que determinam seu sentido coletivo ou antissocial.

No campo da educação a pandemia da Covid-19 explicitou de forma clara a fetichização da tecnologia. Primeiro, passando a ideia de que a tecnologia estaria ao alcance de todos e, segundo, que mediante o trabalho remoto ou híbrido resolveríamos o déficit educacional e teríamos uma educação melhor. Em relação ao acesso o que existe é mais exclusão que inclusão. Dados do Comitê Gestor da Internet do Brasil (Cetic) indicam que 70 milhões de pessoas no Brasil têm acesso precário da internet; 56% acessam por celular sendo que destes, 51% tem celular pré-pago. A fetichização se expressa por um conjunto de palavras de ordem para justificar o ensino remoto ou híbrido: protagonismo juvenil, autonomia para a escolha e, a mais apelativa, o do jovem ou *aluno digital*.

Por trás disso tudo, como sinaliza a pergunta, está o olho gordo das empresas e institutos privados que vendem tecnologias e pacotes de ensino ao setor público. Aqui, também, a lógica do capital, seja vendendo boi ou ensino, é o lucro. De forma perversa utiliza-se de uma circunstância emergencial dramática da pandemia para postular naturalizar o ensino remoto ou híbrido. Com isto os empresários da educação, com

o apoio dos movimentos Todos pela Educação e Escola sem Partido, pretendem alcançar um duplo objetivo: o de aumentar os seus lucros ampliando a privatização e a superexploração do trabalho docente e efetivar o controle ideológico do que e como se ensina na escola, anulando a autonomia docente. A direção das contrarreformas da educação e as medidas legais autoritárias em curso não deixam dúvidas sobre este intento. Majoritários no Conselho Federal de Educação já conseguiram que o mesmo autorizasse o sistema público e privado a adotarem, ao longo do ano de 2021, o ensino remoto ou híbrido. Até lá os professores estarão treinados, os governos tentando comprar tecnologia digital e os institutos privados preparando os pacotes de ensino para estados, municípios e universidades.

Certamente essa é uma tendência que busca afirma-se em todos os setores produtivos e que, na educação, a investida é poderosa. A resistência a este intento deve-nos mobilizar num embate sem tréguas. Não se trata de ser contra a tecnologia, como valor de uso, no processo educativo, mas esta deve estar sob o controle do projeto político pedagógico da instituição e da autonomia docente de ensinar e educar, pois esta é a função da escola em qualquer nível de ensino.

A síntese a que chega o professor Luiz Carlos de Freitas, ao comentar em seu blog o livro de Michel Desmurguet, *A fábrica de cretinos digitais*, expressa de forma incisiva qual será o resultado pedagógico e social se os empresários da educação alcançarem o seu intento: “O ensino híbrido e a produção do idiota digital feliz.”²² Dentre estes aspectos destaco alguns.

Com o ensino remoto ou híbrido o trabalho docente entra na lógica do processo capitalista de trabalho e suas leis imanentes sob o controle da gerência científica. Já nas contrarreformas da década de 1990 mudou-se o nome de coordenador de ensino para gerente. Agora, com ou sem este nome, está se instalando o papel da gerência científica fabril na escola mediante: a separação entre quem organiza planeja e prescreve o conteúdo e o método de ensinar, cabendo aos professores executar; controle dos tempos e hiatos no processo educativo visando a intensificação e a produtividade do trabalho; controle mediante processos de avaliação standardizados da “qualidade” de ensino que serve ao mercado e não à sociedade; aumento crescente de capital morto (tecnologias) no processo de ensino e diminuição de trabalho vivo (as Emendas Constitucionais 95/2016 e 109/2021 sancionam esta lógica); e ataca frontalmente a luta histórica dos trabalhadores pela diminuição da jornada de trabalho, superexplorando a poucos e desempregando em massa.

Outro efeito, não menos grave, é a mistura entre vida privada da família e o trabalho profissional. Um processo, portanto, que rouba a privacidade do convívio familiar ou do espaço privado da casa e faz da sala de estar ou dos quartos espaço invadido pelo Estado ou pelo patrão. Isto sem levar em conta o aumento de gastos de luz, internet, computador, ou seja, de toda a infraestrutura do trabalho que são obrigações do Estado ou do patrão.

G.: Na esteira dos avanços dos interesses do capital sobre a educação pública, presenciamos nos últimos anos as alterações na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), articulada com a reforma do ensino médio. Nestes dois aspectos destacam-se a formação por competências, que versa

diretamente com as exigências relacionadas ao setor empresarial e, ao mesmo tempo, para as atuais configurações no mundo do trabalho. Desse modo, rebaixa-se a função do/da professor/a e esvazia-se as compreensões acerca da história, cultura, política, sociologia, filosofia etc. A esse contexto soma-se a pressão da lógica da educação virtual que avançou na pandemia. Como você percebe essas alterações?

Gaudêncio Frigotto: Certamente a Base Nacional Comum Curricular correlaciona-se de forma plena com a contrarreforma do ensino médio como aludimos anteriormente. Isto resulta de um processo que começou na década de 1990 e sempre esteve na pauta do Conselho Nacional de Educação na produção e divulgação de diretrizes curriculares. A pedagogia das competências resulta da lógica de que o mercado é que diz o que interessa e cabe aos indivíduos, na sua racionalidade, buscar estas competências. A “empregabilidade”, não mais a garantia do emprego, depende das escolhas acertadas de cada indivíduo supostamente em igualdade de condições. Isto num contexto em se propala cinicamente de que não há lugar para todos, mas apenas para “os melhores”, os que têm “mérito”.

Sendo o mercado o “pedagogo”, mediante seus intelectuais, que orienta o que lhes serve, filosofia, sociologia, história, cultura, arte, etc., não só não são necessárias, mas atrapalham. As teses que foram sendo divulgadas e repetidas é que o sistema de ensino ia mal porque os professores na sua formação apreendiam coisas inúteis, teoria de mais. Disto derivou-se outra tese matriz de que na formação dos professores não caberiam disciplinas como filosofia, sociologia, etc. Eles deveriam ser formados para aprender “as técnicas do bem ensinar”. Em 2010, a revista *Época*, de 26 de abril, numa reportagem de dez páginas, traz o receituário do “bem ensinar”. *Os segredos dos bons professores. Os mestres que transformam nossas crianças em alunos de sucesso que todos temos que aprender.* Os livros indicados têm títulos muito sugestivos: *Ensinar como um líder: o guia do professor supereficiente para diminuir o déficit de aprendizagem*, de Stiven Farr; e, *Ensine como um campeão: 49 técnicas que colocam os estudantes no rumo da universidade*, de Doug Lemov.

Desde a década de 1990 este embate foi travado pelas organizações científicas da área e pelo movimento sindical. Ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores essas teses foram relativamente contidas, mas elas vieram como um *tsunami* com o golpe de Estado de 2016. As teses da década de 1990 se afirmam nas contrarreformas da educação e de forma pior, mediante os itinerários formativos e, com o governo Bolsonaro uma investida de controle ideológico sobre a autonomia docente. Se o ensino remoto ou híbrido emplacar o controle sobre os docentes será arrasador.

A junção da contrarreforma com a BNCC, num só golpe, liquida o que Antônio Gramsci defendia como fundamental para a escola básica unitária: um equilíbrio dos conhecimentos científicos que permitem à criança e aos jovens entenderem as leis da natureza e as relações sociais na sociedade em que vivem. Ao definir como base comum curricular nacional português, inglês e matemática fica minimizado e diluído o que constitui a educação básica. Com isto, também, se liquida aquilo que Florestan Fernandes define, no livro acima citado, como a função do professor. Uma dupla igualmente importante função: na formação científica e política do aluno. Na primeira despertado na criança e no jovem o espírito científico, a curiosidade da descoberta, da dúvida, etc., e, na segunda, formando a pessoa para atuar criticamente na

sociedade. E os professores só podem fazer isto se têm boa formação científica e política, com autonomia de ensinar e educar.

G.: **Várias ações contra a educação pública, gerenciadas pelo Estado, no ano de 2016, culminaram em um forte movimento, protagonizado pelos estudantes, que se consubstanciou na ocupação de escolas e universidades. Nesse ínterim, intensificou-se o movimento Escola sem Partido, a entrada de grupos conservadores financiados por empresas internacionais no movimento estudantil, corte orçamentário nas universidades, precarização do trabalho docente, os ataques aos sindicatos, etc. Quais ações cabem e são possíveis para que as trabalhadoras e os trabalhadores da educação possam fazer frente às investidas dos ultraliberais e dos movimentos reacionários?**

Gaudêncio Frigotto: O processo que colimou com o golpe de Estado de 2016 condensava uma divisão profunda da sociedade brasileira que vinha com o signo do ódio e de práticas fascistas. Vale lembrar que as manifestações do movimento estudantil em 2013 expressavam-se por uma agenda suprapartidária histórica do movimento: o passe livre. O que sucedeu de forma crescente em 2014 e 2015 tomou outro rumo, aonde o “ovo de serpente” veio à luz do dia. A ocupação das escolas pautou-se por uma agenda em defesa da educação pública de qualidade e das universidades públicas. Uma reação às céleres contrarreformas que incluem a Emenda Constitucional 95, que define o teto dos gastos e por vinte anos nenhum acréscimo de investimentos no setor público, à criação do “Novo ensino médio” e à investida de transformar em lei o movimento Escola sem Partido. A investida de grupos internacionais de direita ou extrema direita, já presentes nos movimentos pré-golpe, pauta-se na estratégia de disputa da juventude. Como nos lembra Antônio Cândido no movimento integralista muitos jovens, alguns nem mesmo sabendo bem o que era o movimento, o integraram e defendiam os seus símbolos e ideologia. Não só se entendiam como “os patriotas”, defendiam as armas e cultivavam símbolos fascistas e nazistas, mas usavam a pedagogia da ameaça e do medo com os adversários.

Oito décadas depois, num outro contexto histórico, o que vivemos hoje não é mera coincidência. O DNA da classe dominante brasileira, em seu projeto, historicamente abriu espaço para um projeto de governo chefiado por um capitão raso de posições históricas de defesa da ditadura, da tortura e pena de morte. Posições que materializam um governo profascista na análise da historiadora Virgínia Fontes. Ao analisar a ascensão de Hitler na Alemanha o historiador Mark Bray, que tem vários estudos sobre fascismo, num pequeno texto em que aponta cinco lições para antifascistas, na quinta destaca que “não são necessários muitos fascistas para instaurar o fascismo”³, mas apenas condições sociais propícias.

Fazer frente às investidas ultraconservadoras implica, primeiro, o entendimento de que não se pode subestimar a força das mesmas, pois emanam dos interesses do capital no atual estágio de sua crise estrutural. Trata-se, então, de um desafio para toda a classe trabalhadora. No que concerne à educação a luta, no campo jurídico, para que o movimento Escola sem Partido se tornasse lei teve importantes ganhos. A atual Constituição não lhes dá guarida. Entretanto, estamos diante de um governo, agora respaldado pelo denominado Centrão, que vem mudando com rapidez pontos fundamentais da Constituição. A PEC 109/2021 expressa o que acabo de sinalizar. Trata-se, então, de buscar recuperar organização e força política

nos sindicatos, partidos de esquerda e movimentos sociais e culturais. Do mesmo modo e concomitantemente ampliar os debates com os docentes para não capitularmos sob a pedagogia da ameaça e do medo. E isto só se torna possível coletivamente onde a quantidade dos que reagem seja uma das dimensões básicas de nossa força política.

Dois exemplos indicam-nos esta direção. Um primeiro o colho de um colega professor da Itália, Alessio Durian, da universidade de Padova – um militante das lutas anticapitalistas, da educação popular e uma presença permanente nos Fóruns Sociais Mundiais. Observando a investida do conservadorismo e das teses do movimento ideológico Escola sem Partido que ameaça professores de visão crítica, interdita livros etc., mandou uma mensagem por e-mail onde dava conta de um movimento similar na Alemanha por um partido de extrema direita. Narra que um professor estava sendo criminalizado por utilizar um determinado livro e ameaçado de prisão. A reação de centenas de colegas foi uma carta aberta em que diziam que eles adotavam o livro e ao final afirmavam: prendam-nos a todos! A segunda está na carta síntese da 17ª Jornada de Agroecologia de 9 de junho de 2018. “Pensam que podem nos prender, mas seguimos livres e lutando! Pensam que podem nos matar, mas somos sementes! Em resposta à barbárie nos organizamos. Na unidade, venceremos. Não temos tempo para ter medo”. Mas é uma luta inserida na nossa própria profissão que é do conhecimento. Como a próxima questão liga-se ao conhecimento, será abordada a seguir.

G: As contribuições da teoria social formulada por Marx e Engels e desdobradas no campo do marxismo, parecem, dia após dia, cada vez mais elucidativas na tarefa de compreensão da realidade. Na sua avaliação como se articula, na atual conjuntura, educação, luta de classes e revolução?

Gaudêncio Frigotto: Raymond Williams, em seu livro *Hacia el año 2000*, mostra-nos que sempre que há perda de perspectivas futuras há a tendência de surgirem novos profetas com seitas mistificadoras. De forma análoga pode-se afirmar que sempre que surge uma crise mais profunda do sistema capitalista, Marx e Engels, com seguidas mortes, *post morte*, são ressuscitados pelos que tentam apagar a sua memória. Materializa-se o que Marx dizia, assinalado na primeira questão, de que os intelectuais da burguesia percebem as crises, mas não sabem como resolvê-las. Paradoxalmente, nas crises recorrem a eles, mas não conseguem resolver-las, pois a teoria de Marx e Engels busca superar o sistema capitalista que as produz. O legado de Marx e Engels seguidos por aqueles que, apoiados no método materialista histórico dialético por eles desenvolvido e aplicado, buscam analisar o tempo presente, é cada vez mais imprescindível para desmistificar, em todas as esferas do conhecimento, as teorias que buscam eternizar o sistema capitalista.

A indicação de Fredric Jameson de que não só o marxismo faz a crítica ao capitalismo, todavia somente ele a faz na perspectiva de sua superação nos dá a chave para entender a relação entre educação, luta de classe e revolução. Esta relação, de imediato e à luz do materialismo histórico dialético, efetiva-se em condições objetivas e subjetivas dadas, com especificidades, no tempo e no espaço, em cada sociedade.

E tanto a luta de classes, quanto o conhecimento que a potencia para o processo revolucionário socialista se produzem dentro da dialética contraditória do velho e do novo.

Neste sentido, a escola pode desenvolver concepções de conhecimento que ao invés de desvelar a natureza das relações sociais da sociedade capitalista e seus efeitos nos processos de exploração, alienação e de desigualdade social, as mascara. Concorre, assim, para a manutenção e reprodução de um tempo histórico marcado pela barbárie, no mundo e, em especial, no Brasil. Numa perspectiva oposta, o conhecimento que interessa à classe trabalhadora é aquele que permite apreender o que subjaz às relações sociais capitalistas percebendo que nelas situam-se os mecanismos de exploração, produção e manutenção da desigualdade entre as classes sociais. Quando a teoria conduz a esta compreensão, Marx nos diz que ela se constitui em força material revolucionária. Entretanto, seu caráter revolucionário não se esgota na correta compreensão de como a realidade humana se produz sob o capitalismo. A cientificidade do conhecer explicita seu potencial revolucionário na práxis.

Em dois textos escritos no ano de 1845, *Teses sobre Feuerbach* e *A sagrada família*, Marx não deixa dúvidas sobre isto. Na Tese dois quando afirma: “A questão de atribuir ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão da teoria, mas sim uma questão prática. É na práxis que o homem precisa provar a verdade, isto é, a realidade e a força, a terrenalidade do seu pensamento. A discussão sobre a realidade ou a irrealidade do pensamento – isolado da práxis – é puramente escolástica.” (MARX, 2001, p.100) E na *Sagrada família*: “Ideias não podem absolutamente nada. Para execução das ideias são necessários homens que ponham em ação uma força prática.” (MARX; ENGELS, 2003, p.137) Isto nos indica que o conhecimento crítico é uma condição necessária na luta de classe e na construção da revolução socialista, mas não suficiente. Neste sentido, aqueles intelectuais que atuam na educação e estão vinculados a lutas concretas da classe trabalhadora, nas pequenas ou grandes conquistas, percebem que aí se travou uma luta socialista e que a revolução é um processo e, portanto, a brutal conjuntura que vivemos de desumanidade e barbárie, não será eterna.

G.: Os próximos anos serão marcados pelos efeitos da crise capitalista, potencializados pela pandemia. O processo de reestruturação produtiva, gerenciado pelo Estado, sinaliza no sentido da intensificação da desregulação do trabalho com o objetivo do aumento da extração de mais-valor. Quais são as perspectivas para o campo da educação nos próximos anos, bem como para o conjunto dos trabalhadores, diante do atual cenário?

Gaudêncio Frigotto: O conjunto de questões anteriores, em sua relação interna, em boa parte assinala algumas perspectivas. O capital, como o vírus da Covid-19, não tem limites se não houver uma força social ou um antídoto que os contenham ou derrotem. A uberização do trabalho em todas as esferas de produção mostra a que ponto a capital busca maximizar o mais-valor. Concomitantemente destrói concorrentes, de sorte que cada vez menos mega corporações sejam o governo do mundo. Isto, ao mesmo tempo em que agride as bases da vida mediante a degradação ambiental. Neste processo é que se aninham as contradições e as crises cada vez mais insolúveis. A Covid-19 é um sinal de que os limites da teoria que sustenta a ordem

do capital em sua irracionalidade, pode voltar-se contra ele. Com efeito, Marx e Engels na *Ideologia alemã* nos indicam que só existe uma única ciência, a ciência da história e que podemos analisar a história sob o ângulo da natureza e do ser humano, mas ambas são inseparáveis. E isto porque o ser humano é parte da natureza.

A síntese desta compreensão Marx a expressa ao responder, no ano de 1880, a uma entrevista do jornalista Swinton, ex-redator chefe do *The New York Times*. Após longa conversa o jornalista quis saber de Marx qual era para ele a “lei última do ser”. Sucintamente Marx lhe respondeu: “**A luta.**” (MUSTO, 2018, p.16-17, grifos do entrevistado). Não se trata apenas do ser humano, mas do conjunto dos seres da natureza. Por isso, ao agredir a natureza o capital produz as pandemias. No plano histórico, a força que pode contrapor-se ao capital é a luta de classe trabalhando politicamente as suas contradições. Dizer isso parece uma obviedade. Todavia, as implicações práticas não são óbvias.

Por isto, com todos os riscos de uma sinalização esquemática, atrevo-me a expor alguns desafios em face ao contexto mundial de desumanização e de barbárie que o sistema capitalista protagoniza e que, no Brasil, assume um caráter de perversidade estimulada pelo bloco de forças que governa o país sob a cultura e práticas fascistas. Um dos desafios é, no plano da práxis, identificar onde se efetiva a luta de classe na construção do socialismo. A segunda, diante da relação de forças em jogo neste contexto de barbárie, situa-se na questão se as forças que lutam pelo socialismo são suficientes para enfrentar e derrotar o governo de extrema direita que mostrou uma violência sem precedentes contra os direitos mais elementares da classe trabalhadora e ameaça os fiapos de democracia que ainda nos restam. Por fim, quais os desafios e o papel das esquerdas perante esta realidade.

Sobre a primeira questão Antônio Cândido numa entrevista, originariamente ao jornal Brasil de Fato, mostra como a luta socialista é coetânea da gênese e desenvolvimento do capitalismo. E sob a concepção de socialismo situa um amplo conjunto de tendências. “Chamo de socialismo todas as tendências que dizem que o homem tem que caminhar para a igualdade e ele é o criador de riquezas e não pode ser explorado. Comunismo, socialismo democrático, anarquismo, solidarismo, cristianismo social, cooperativismo... tudo isso. (...) O que se pensa que é face humana do capitalismo é o que o socialismo arrancou dele com suor, lágrimas e sangue.”⁴

Em relação à segunda, com as devidas precauções em relação às analogias de tempos históricos e contextos particulares diversos, tomo a síntese que Lúcio Magri, intelectual do Partido Comunista Italiano, que sob o título *O genoma de Gramsci*, indica que Gramsci foi o único que entendeu, sem julgamentos morais, mas pela análise, porque a revolução no Ocidente tinha determinações diversas do que tinha sido a revolução da Rússia em 1917. Do mesmo modo para entender os desafios da luta antifascista na Itália. Para Gramsci isto “pressupõem um longo trabalho de conquista de casamatas, a construção de um bloco histórico entre classes diferentes, cada qual portadora não apenas de interesses diversos, mas de raízes culturais e políticas próprias”. E indica que isto não resulta de uma tendência do desenvolvimento histórico e nem da democracia, mas “é produto de uma vontade organizada e consciente que intervém no processo de uma nova hegemonia política e cultural e um novo tipo de ser humano em formação.” (MAGRI, 2014, p.56)

Finalmente, as duas questões acima demandam uma “vontade organizada” e diz respeito ao campo das esquerdas. Um primeiro aspecto necessário é que haja um esforço para entender o que nos trouxe até o presente, o peso das forças sociais reacionárias historicamente contrarrevolucionárias. Passo concomitante é de construir uma unidade substancial e profunda, na diversidade das esquerdas, para uma agenda elementar para barrar o projeto político das forças sociais de extrema direita que governam o Brasil. Projeto que atinge hoje um grau impensável de desumanização e barbárie. E não será na tese do quanto pior melhor que o processo revolucionário socialista vai avançar. O que estamos percebendo nas ameaças de Bolsonaro é a aposta no “quanto pior melhor” para justificar o Estado de Emergência e, se não houver resistência ampla a tempo, a liquidação da frágil democracia.

A indicação do filósofo Leandro Konder, dada ao Jornal da República em 20/09/1979 ao voltar do exílio, situa a questão central para o campo das esquerdas em relação à “unidade da direita”. Konder define o que tem sido, ao longo de nossa história, o elo que une as diferentes frações da classe dominante brasileira em seu projeto de manutenção da estrutura social que lhes convém. Atualmente de forma mais orgânica. “O pluralismo da ideologia da direita pressupõe uma unidade substancial profunda, inabalável: todas as correntes conservadoras, religiosas ou leigas, otimistas ou pessimistas, metafísicas ou sociológicas, moralistas ou cínicas, científicas ou místicas concordam em um determinado ponto essencial. Isto é: em impedir que as massas populares se organizem, reivindiquem, façam política e criem uma verdadeira democracia.” (KONDER, 1979, p.4) A questão que se coloca é: qual, na diversidade das esquerdas, a sua unidade substancial profunda, inabalável?

Assim, cabe-nos traduzir politicamente, para o tempo presente, a conclamação final que Marx e Engels fizeram no *Manifesto do Partido Comunista* em 1848: Proletários de todos os países, uni-vos! Trata-se do desafio de buscar criar um elo entre os partidos e sindicatos de esquerda com as lutas do campo e da cidade. Lutas no plano econômico, educacional, social e cultural. Por certo, isto cobra ao campo de esquerda um inventário da dificuldade na construção de agendas básicas comuns em todas as correntes. Penso que Karel Kosik, crítico do centralismo soviético, no texto *Dialética da moral e moral da dialética*, nos oferece dois elementos de posturas a superar: o da bela alma e do comissário. A primeira se define pela postura arrogante de ter “a verdade” e, o segundo, por lideranças produzidas nas lutas sociais e populares e que, uma vez que alçam cargos, se afastam de suas bases. Em relação à postura da “bela alma” poderia ser mais bem explicitada pelo balanço crítico que Florestan Fernandes faz sobre as dificuldades do avanço da luta revolucionária no Brasil. Nesta análise sinaliza que o campo de esquerda tem, por vezes, compensando essa dificuldade pela “exaltação teórica” ou “revolucionarismo subjetivo.” (FERNANDES, 1995)

A materialidade histórica que vivemos ao ser analisada nos traz o que Antonio Gramsci definiu como pessimismo da razão. Porém, ele também nos dá o antídoto: o otimismo da vontade. Um otimismo não ingênuo, mas afirmado na luta política. Luta que necessita de análise, ação e organização como indica a conclamação feita no jornal *L'Ordine Nuovo*. “Instrui-vos porque teremos necessidade de toda vossa inteligência. Agitai-vos porque teremos necessidade de todo vosso entusiasmo. Organizai-vos porque

teremos necessidade de toda vossa força”⁵. **A Comuna de Paris, 150 anos depois, não foi e não será em vão!**

Referências

- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**. São Paulo: Ed.Unesp, 1994.
- DESMURGUET, Michel. **A fábrica de cretinos digitais: os perigos das telas para nossos filhos**. Península, 2020.
- FERNANDES, Florestan. Revolução, um fantasma que não foi esconjurado. **Crítica Marxista**, São Paulo, n.2, 1995.
- FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) **Trabalho e conhecimento, dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, 1987.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- KONDER, Leandro. A unidade da direita. **Jornal da República**, 20 set. 1979.
- LINHART, Danièle. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MAGRI, Lucio Magri. **O alfaiate de Ulm**. Uma possível história do Partido Comunista Italiano. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MUSTO, Marcelo. **O velho Marx**. Uma biografia de seus últimos anos (1881-1883). São Paulo: Boitempo, 2018.
- PIKETTY, Thomas. **O capital do século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- WILLIAMS, Raymond. **Hacia el año 2000**. Madrid: Editorial Crítica, 1984.

Notas

¹ Doutor em educação (PUC-SP). Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professor titular aposentado da Universidade Federal Fluminense (UFF). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4535332644982596>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2023-5654>. Coordenador do grupo de pesquisa CNPQ - Trabalho, História, Educação e Saúde (These). E-mail: gfrigotto@globo.com.

² Luiz Carlos de Freitas em: <https://avaliacaoeducacional.com/2020/10/31/o-ensino-hibrido-e-a-producao-do-idiota-digital-feliz/>. Acesso em 14 mar. 2021

³ BRAY, Mark. Cinco lições de história para antifascista. Disponível em: <https://revistaserrote.com.br/2018/03/cinco-licoes-de-historia-para-antifascistas-por-mark-bray/>. Acesso em 15 de mar. 2021.

⁴ Antonio Candido, 99 anos. Disponível em <https://dialogosessenciais.com/2017/07/24/antonio-candido-99-anos/>. Acesso em 15 de mar. 2021.

⁵ *L'Ordine Nuovo*, um jornal dirigido à classe trabalhadora que buscava estabelecer vínculos entre intelectuais e a classe trabalhadora. O primeiro número, onde consta a conclamação acima, foi publicado em Turim no dia 1º de maio de 1919. Gramsci era o secretário de redação.

Recebido em: 25 de abril de 2021.
Aprovado em: 26 de abril de 2021.